

INSTITUI NORMAS SOBRE POLÍCIA
ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO
DE CAMPESTRE, MG.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPESTRE APRO-
VOU E EU O PREFEITO SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei contém medidas de polícia adminis-
trativa a cargo do município em Matéria de higiene pública, costu-
mes locais e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comer-
ciais e prestadores de serviços, estatuinto as necessárias relações
entre o poder público local e os munícipes.

Art. 2º - Ao Prefeito de Campestre e, em geral, aos
funcionários municipais, de acordo com as suas atribuições, incumbe
velar pela observância das posturas municipais, utilizando os ins-
trumentos efetivos de polícia administrativa, especialmente a visto-
ria anual por ocasião do licenciamento e localização de atividades.

Art. 3º - Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas
serão resolvidas pelo Prefeito, ouvidos os dirigentes dos órgãos

CAPÍTULO II

DA HIGIENE PÚBLICA E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Seção - 1ª

Disposições Gerais

Art. 4º - É dever da Prefeitura Municipal de Campes-
tre, zelar pela higiene pública em todo o território do Município,
de acordo com as disposições deste código e as normas estabelecidas
pelo Estado e pela União.

Art. 5º - A fiscalização sanitária abrangerá especial-
mente a higiene e limpeza das vias, lugares e equipamentos de uso
público, das habitações particulares e coletivas, dos estabelecimen-
tos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e
dos estábulos, cocheiras, pocilgas e estabelecimentos congêneres.

Art. 6º - A cada inspeção em que for verificada irre-
gularidade, apresentará o funcionário competente um relatório cir-
cunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem
da higiene pública.

§ Único - A Prefeitura tomará as providências cabive-
is ao caso, quando for alçada do governo municipal, ou remeterá có-
pia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes,
quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

Seção - 2ª

Proteção Ambiental

Art. 7º - É dever da Prefeitura articular-se com os
órgãos competentes do Estado e da União para fiscalizar ou proibir
no Município as atividades que, direta ou indiretamente:

- I - Criem ou possam criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, segurança ou ao bem estar público;
- II - prejudiquem a fauna e a flora;
- III - disseminem resíduos poluentes;
- IV - prejudiquem a utilização dos recursos naturais para fins domésticos, agro-pecuários, recreativos ou para outros objetivos almejados pela comunidade.

§ 1º - Inclui-se no conceito de meio ambiente, as águas superficiais ou de subsolo, o solo de propriedade pública, o solo de propriedade privada ou de uso comum, a atmosfera e a vegetação.

§ 2º - O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de projetos ou atividades que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

§ 3º - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agro-pecuárias ou outras particulares ou públicas capazes de causar danos ao meio ambiente.

Art. 8 - Na constatação de fatos que caracterizem a falta de proteção ao meio ambiente serão aplicadas, além das multas previstas nesta Lei, a interdição das atividades, observada a legislação Federal a respeito e, em especial, o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de Agosto de 1975, a Lei nº 4.778 de 22 de Setembro de 1965 e o Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965).

Seção - 3ª

Da Conservação das Árvores e Áreas Verdes.

Art. 9 - A Prefeitura colocará à disposição do Estado e da União, tudo que se fizer necessário para evitar a devastação das florestas e estimular os reflorestamentos.

Art. 10º- É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expresso da Prefeitura.

Art. 11º- Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas de segurança tais como:

- I - Preparar aceiros de, no mínimo 7,00m (sete metros) de largura;
- II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcando hora e lugar do lançamento de fogo.

Seção - 4ª

Da Higiene das Vias Públicas

Art. 12º- O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão a terceiros.

Art. 13º- Os moradores são responsáveis pela construção do passeio fronteiro à sua residência.

§ Único - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pluviais ou não, pelos canos, valas, sargetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 14º- É dever de cidadão zelar pela limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular, bem como, de impedir o escoamento de águas servidas nas residências para as vias públicas.

152
Art. 15º- Dentro do perímetro urbano ou da área de expansão da cidade, só será permitida a instalação de atividades industriais e comerciais depois de verificado que não prejudiquem, de qualquer modo, a saúde pública e os recursos naturais utilizados pe la população.

§ Único - O presente artigo aplica-se, inclusive, à instalação de estrumeiras ou depósitos em grande quantidade de estruma animal, os quais só serão permitidos quando não afetarem a salubridade da área.

Seção - 5ª

Da Higiene das Habitações e Terrenos

Art. 16º- Os proprietários, inquilinos ou ocupante são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Art. 17º- Os terrenos, bem como os pátios e quintais situados dentro dos limites da cidade, devem ser mantidos livres de mato, águas estagnadas e lixo.

§ 1º - As providências para o escoamento das águas estagnadas e limpeza de propriedades particulares, compete aos respectivos proprietários.

§ 2º - Decorrido o prazo dado para que uma habitação ou terreno seja limpo, a Prefeitura poderá mandar executar os serviços, apresentando ao proprietário a respectiva conta acrescida de 10% (dez por cento) a título de administração.

Art. 18º- O lixo das habitações será depositado em recipientes fechados para ser recolhido pelo serviço de limpeza pública urbana.

§ Único - Os resíduos de fabricas e oficinas, os res-

tos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos das forragens das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares serão removidos às custas dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art. 19º- A prefeitura poderá promover, mediante indenização das despesas acrescidas de 10% (dez por cento), por serviços de administração, a execução de trabalhos de construção de calçadas, drenagens ou aterros, em propriedades privadas cujos responsáveis se omitirem de fazê-los; poderá ainda declarar insalubre toda construção ou habitação que não reúna as condições mínimas de higiene indispensáveis, ordenando a sua interdição ou demolição.

Art. 20º- Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água poderá ser habitado sem que disponha dessa utilidade e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º - Os pedidos de autorização para construção no perímetro urbano ou em área de expansão da cidade, deverão ser acompanhados de plantas do prédio com detalhes das instalações hidráulicas e sanitárias.

§ 2º - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento de água, banheiros e privadas em número proporcional ao de seus ocupantes.

§ 3º - Não será permitida nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados providos com rede de abastecimento de água a abertura ou manutenção de poços ou cisternas.

§ 4º - Quando não existir rede coletora de esgotos, as habitações deverão dispor de fossa séptica.

Seção - 6ª

Da Higiene dos Alimentos

Art. 21º- Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos. A fiscalização municipal será feita em articulação com o órgão estadual de saúde pública.

§ 1º - Para efeito deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo ser humano, excetuado os considerados como medicamentos.

§ 2º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica, o estabelecimento ou agente comercial, do pagamento das multas e demais penalizadas que possam sofrer em virtude da infração.

§ 3º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Seção - 7ª

Da Higiene dos Estabelecimentos

Art. 22º- A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a higiene dos alimentos expostos à venda e dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços localizados no Município.

Art. 23º- Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

- I - As frutas e verduras expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes rigorosamente limpas e afastadas um metro, no mínimo, das ombreiras das portas externas;
- II - as gaiolas de aves serão de fundo móvel, pa

ra facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente.

§ Único - É proibido utilizar para outro qualquer fim os depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 24º- Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

- I - A lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, toneis ou vasilhames;
- II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;
- III - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas ventiladas, não podendo ficar expostos à poeira e a insetos.

Art. 25º- Os açougues e peixarias deverão atender pelo menos às seguintes condições específicas para a sua instalação e funcionamento:

- I - Ser dotados de torneiras e de pias apropriadas;
- II - ter balcões com tampo de material impermeável e lavável;
- III - ter câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade proporcional às suas necessidades.

Art. 26º- Nos açougues só poderão entrar carnes provenientes dos matadouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados. As carnes deverão estar carimbadas de origem e ser conduzidas em veículos apropriados.

Art. 27º- Os responsáveis por açougues e peixarias são obrigados a observar as seguintes prescrições de higiene:

- I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene;
- II - não guardar na sala de talho objetos que lhe sejam estranhos.

Art. 282- As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoados do Município deverão, além da observância de outras disposições deste Código que lhes forem aplicadas, obedecer às seguintes exigências:

- I - Possuir muros divisórios, com três metros de altura mínima separando-as dos terrenos limítrofes;
- II - Conservar a distância mínima de 2,50 m. (dois metros e cinquenta centímetros) entre a construção e a divisa do lote;
- III - possuir sargetas de revestimento impermeável para águas residuais e sargetas de contorno para as águas pluviais;
- IV - possuir depósito para estrume, à prova de insetos e com capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser removida diariamente para a zona rural;
- V - possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;
- VI - manter completa separação entre possíveis compartimentos para empregados da parte destinada aos animais;
- VII - obedecer a um recuo de pelo menos 20 m. do alinhamento do logradouro.

CAPÍTULO III

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Da Ordem e do Sossego Público

Art. 29º- Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

§ Único - As desordens, algazarras ou barulho, porventura verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 30º- É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, tais como:

- I - Os motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;
- II - as buzinas, clarins, tímpanos, tambores, ou quaisquer outros aparelhos;
- III - os auto-falantes ou quaisquer outros instrumentos, seja lá para qual fim for, sem a prévia autorização da Prefeitura;
- IV - os produzidos por armas de fogo;
- V - os de morteiros, bombas e demais fogos ruídos;
- VI - música excessivamente alta proveniente de lojas de discos e aparelhos musicais;
- VII - os apitos ou silvos de sereia de fabricas, parques ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos ou depois das 22 (vinte e duas) horas;
- VIII - os batuques ou outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades competentes.

Art. 31º- É proibido executar qualquer trabalho ou atividade que produza ruído, antes das 7,00 (sete) horas e após as 20,00 (vinte) horas, nas proximidades de escolas, casas de saúde ou residências.

Seção - 2ª

Dos Divertimentos Públicos

Art. 32º- Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizam nas vias públicas, ou em recintos fechados mas de livre acesso ao público.

Art. 33º- Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura e, dos outros órgãos concernentes.

§ Único - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversões deverá ser instituído com prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção, segurança e higiene do edifício, e se foi realizada vistoria pela Polícia.

Art. 34º- Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelas normas sobre edificações:

- I - Tanto as salas de entrada como a de espetáculo devem ser mantidas higienicamente limpas;
- II - as portas e os corredores para o exterior e ou de emergência serão amplos e conserva-se-ão sempre livres de grades, móveis ou objetos que possam impedir ou dificultar o rápido escoamento do público nos casos de emergência;
- III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição 'SAÍDA' legível à distância e lu

minosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

- IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito estado de funcionamento;
- V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;
- VI - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;
- VII - durante os espetáculos dever-se-ão conservar as portas abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;
- VIII - deverão possuir aparelhos para pulverização de inseticidas;
- IX - o mobiliário deverá ser mantido em perfeito estado de conservação.

Art. 35º- Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

- I - só poderão funcionar em pavimentos térreos;
- II - os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;
- III - no interior das cabinas não poderá existir maior número de películas do que o necessário às sessões de cada dia e, ainda assim, estar depositada em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, e que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 36º- A armação de circos ou parques de diversões

só poderá ser permitida em locais previamente determinados, a juízo da Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um ano.

§ 2º - Ao conceder ou renovar a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar conveniente, no sentido de garantir a ordem e a segurança dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 3º - Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 37º- Na localização de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista a ordem, o sossego e a tranquilidade da vizinhança.

Art. 38º- Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

§ Único - Exetuan-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Seção - 3ª

Dos Locais de Culto

Art. 39º- Os locais franqueados ao público, nas igrejas, templos ou casas de culto, deverão ser conservados limpos, Iluminados e arejados.

§ Único - As igrejas, templos e casas de culto não poderão conter maior número de assistentes a qualquer de seus ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.

Seção - 4ª
Do Trânsito Público

Art. 40ª- O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, segurança e o bem estar dos Transeuntes e da população em geral.

Art. 41ª- É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas, feiras-livres ou quando exigências policiais o determinarem.

§ Único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminados à noite.

Art. 42ª- Compreende-se na proibição do artigo anterior, o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 1ª - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, a mesma será a critério das autoridades, pelo prazo não superior a 3 (três) horas, desde que não interrompa o livre trânsito.

§ 2ª - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, do impedimento do livre trânsito.

Art. 43ª- A prefeitura indicará as vias em que será expressamente proibido:

- I - conduzir manadas de animais ou gado;
- II - conduzir carroças de tração animal.

Art. 44ª- É proibido danificar ou retirar sinais co-

locados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 45º- Assiste à Prefeitura o direito de impedir o Trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Seção - 6ª

Da Ocupação das Vias Públicas

Art. 46º- Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as seguintes condições:

- I - Serem aprovados pela Prefeitura, quanto à sua localização;
- II - não perturbarem o trânsito público;
- III - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso causados a terceiros;
- IV - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar de encerramento dos festejos.

§ Único - Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando ao responsável as despesas de remoção, acrescida de 10% de administração.

Art. 47º- Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no Art. 42º deste Código.

Art. 48º- Os postes telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndio e de polícia e as

balanças para pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Seção - 6ª

Das Medidas Referentes aos Animais

Art. 49º- É proibida a permanência de animais soltos nas vias públicas localizadas na área urbana.

§ 1º - Os animais encontrados nas ruas, praças, e estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 2º - O animal recolhido em virtude do disposto neste Capítulo, deve ser retirado pelo responsável no prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da multa e das taxas devidas.

§ 3º - Não sendo retirado o animal nesse prazo, a Prefeitura efetuará sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação do edital do leilão.

Art 50º- A manutenção de estabulos, cocheiras, galinheiros ou estabelecimentos congêneres dependem de licença e fiscalização da Prefeitura, observadas as exigências sanitárias referidas no Art. 28º deste Código.

Art. 51º- Não será permitida a passagem de tropas pela cidade, exceto em logradouros para isso previamente designados pela Prefeitura.

Seção - 7ª

Da Extinção dos Insetos Nocivos

Art. 52º- Todo Proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade.

Art. 53º- Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiros, será feita intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de 20 (vinte) dias, para se proceder ao seu extermínio.

§ Único - Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura encumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 10% (dez por cento) a título de administração, além da multa correspondente, de acordo ao estipulado nesta Lei.

Seção - 8ª

Dos Anúncios e Cartazes

Art. 54º- A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando-se o contribuinte ao recolhimento da respectiva taxa.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo, todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º - Incluem-se, ainda, na obrigatoriedade deste Art. os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprio de domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 55º- A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como feitas por meio de cinema ambulante, ainda que muda, está sujeita à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 56º- Os pedidos de licença para publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

I - A indicação dos locais em que serão coloca-

- dos ou distribuídos os cartazes e anúncios;
- II - a natureza do material de confecção;
 - III - as dimensões;
 - IV - as inscrições e textos;
 - V - as cores empregadas.

Art. 57º- Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão, ainda, indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

§ Único - Os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,50 m. do nível do passeio.

Art. 58º- Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Código poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta Lei.

Seção - 9ª

Dos Inflamáveis e Explosivos

Art. 59º- No interesse público, a Prefeitura fiscalizará, em colaboração com as autoridades Federais, a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos, nos termos do Dec. nº 55.649 de 28/01/1965.

Art. 60º - São considerados inflamáveis:

- I - O fósforo e os materiais fosforados;
- II - a gasolina e demais derivados do petróleo;
- III - os éteres, alcoois, aguardente e os óleos em geral;
- IV - os carburetos, alcatrão as matérias betuminosas líquidas;
- V - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja além de cento e

trinta e cinco graus centígrados (135°C).

Art. 61º- Consideram-se explosivos:

- I - os fogos de artifício;
- II - a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- III - as espoletas e estopins;
- IV - os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
- V - os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 62º- É absolutamente proibido:

- I - Fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;
- II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;
- III - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 63º- Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

Art. 64º- Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 65º- A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis fica sujeita a licença da Prefeitura.

§ Único - A Prefeitura estabelecerá, para cada caso, as exigências que julgar necessárias aos interesses da segurança e bem estar.

Art. 66º- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente, além da responsabilidade civil ou criminal do infrator, se for o caso.

Seção - 10ª

Dos Muros e Cercas

Art. 67º- Os proprietários ou arrendatários de terrenos situados em ruas dotadas de meios-fios são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

§ Único - Os terrenos rústicos serão aramados.

Art. 68º -A critério da Prefeitura, os terrenos da área urbana central serão fechados com muros em alvenaria com acabamento de reboque e pintados ou com grades assentes sobre alvenaria, devendo ter em qualquer caso uma altura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 69º -Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Art. 588 do Código Civil.

§ Único - Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, animais de pequeno porte e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 70º- Será aplicada multa a todo aquele que:

- I - Fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;
- II - danificar, por qualquer meio, cercas existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Seção 11ª

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro

Art. 71ª- A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e de saibro depende de licença da Prefeitura, que concederá, observados os preceitos deste Código.

Art. 72ª- A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a) - Nome e residência do proprietário do lote ou terreno;
- b) - nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;
- c) - localização precisa da entrada do terreno;
- d) - declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) - prova de propriedade do terreno;
- b) - autorização para exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;

- c) - planta de situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, mananciais e cursos de água situados em toda a faixa de largura de 100m (cem metros) em torno da área a ser explorada;
- d) - perfis do terreno em três Vias.

§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados na alínea c e d do parágrafo anterior.

Art. 73º- As licenças para exploração de pedreiras ou cascalheiros será sempre por prazo fixo.

§ Único - Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que sua exploração acarrete perigo de dano à vida ou à propriedade de terceiros.

Art. 74º- Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Art. 75º- Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com os documentos da licença anteriormente concedida.

Art. 76º- A exploração de Pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

- I - declaração expressa da qualidade do explosivo a ser empregado;
- II - intervalo mínimo de trinta minutos em cada série de explosões;
- III - içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista por

grande distância;

- IV - toques repetidos de sineta, sirene ou megafone, com intervalos de dois minutos, e o aviso em brado prolongado, dando sinal. de 'FOGO'.

Art. 77º- A instalação de olarias nas zonas urbana e suburbana do Município deve obedecer às seguintes prescrições:

- I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações de gases nocivos;
- II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirando o material.

Art. 78º- A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Art. 79º- É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município quando:

- I - A jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;
- II - quando modifique o leito ou as margens dos mesmos;
- III - quando possibilite a formação de locais propícios à estagnação das águas;
- IV - quando, de algum modo, possa oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída às margens ou sobre o leito do rio.

DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS
INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

Seção - 1ª

Das Indústrias e do Comércio Localizado

Art. 80º- Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos.

§ 1º - O requerimento deverá ser feito com clareza e satisfazer as seguintes exigências:

- I - O ramo do comércio ou da indústria;
- II - o montante do capital investido;
- III - o local onde o requerente pretende exercer sua atividade.

§ 2º - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado deverá afixar o alvará de localização em lugar visível e o exhibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

§ 3º - Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 81º- Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços, deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de Higiene e Segurança, qualquer que seja o ramo de atividade a que se destinem.

§ 1º - A licença para funcionamento de açougue, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurante ho-

teis, pensões e outros estabelecimentos congêneres será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

§ 2º - O alvará de licença será concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende às exigências estabelecidas neste Código.

Art. 82º- As autoridades municipais assegurarão. por todos os meios a seu alcance, que não seja concedida licença a estabelecimentos industriais que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou que por outro motivo qualquer possam prejudicar a saúde pública.

Art. 83º- A licença de localização poderá ser cassada, pelos seguintes motivos ou de qualquer outro deste Código:

- I - Quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança públicos;
- III - se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente, se solicitado a fazê-lo;
- IV - por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que a fundamentam.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividade sem a necessária licença expedida em conformidade com que preceitua este capítulo.

Seção - 2ª

Do comércio Ambulante

Art. 84º- O exercício do comércio ambulante dependerá

sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município e do que preceitua este Código.

Art. 85º- Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I - número de inscrição;
- II - residência do responsável;
- III - ramo do comércio licenciado.

§ Único - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 86º- É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e apreensão das mercadorias:

- I - estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;
- III - Transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Seção - 3ª

Do Horário de Funcionamento

Art. 87º- A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho:

- I - Para indústria de modo geral:
 - a) - Abertura e fechamento entre as 6,00 horas e

17,00 horas nos dias úteis;

- b) - nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

§ 1º - Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive nos domingos e feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dedicuem às atividades seguintes - impressão de jornais, laticínios, purificação e distribuição de água, frio industrial, produção e distribuição de energia elétrica, produção e distribuição de gás, serviço telefônico, serviços de esgoto, serviços de transporte coletivo, ou a outras atividades às quais, a juízo da autoridade competente, seje estendida tal prerrogativa.

II - Para o comércio de modo geral:

- a) - abertura às 8,00 horas e fechamento às 18,00 horas nos dias úteis;
- b) - nos dias previstos na b, item I, os estabelecimentos permanecerão fechados;
- c) - os estabelecimentos não funcionarão em 30 (trinta) de Outubro, dia consagrado ao empregado do comércio.

III - O prefeito Municipal, fica autorizado, quando solicitado pelas classes interessadas a prorrogar o horário dos seguintes estabelecimentos, mediante 'Decreto', quando não compreendido no âmbito federal ou estadual:

- a) - Varejistas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos;
- b) - varejistas de peixe;
- c) - açougues;
- d) - padarias;
- e) - farmácias;
- f) - restaurantes, bares, cafés e sorveterias;

- g) - bilhares;
- h) - agências de aluguel de bicicletas e similares;
- i) - distribuidores e vendedores de jornais;
- j) - estabelecimentos de diversões noturnas;
- l) - casas lotéricas;
- m) - empresas funerárias;
- n) - feiras de artesanato e exposições.

§ 1º - As farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º - Quando fechadas as farmácias, deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§ 3º - Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

Seção - 4ª

Da Aferição de Pesos e Medidas

Art. 89º- Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos ou instrumentos de medir e pesar a serem utilizados em suas transações comerciais, de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), do Ministério da Indústria e Comércio.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção - 1ª
Disposições Gerais

Art. 90º- Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso do seu poder de polícia.

Art. 91º- Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Seção - 2ª
Das Penalidades

Art. 92º- Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I - Advertência ou notificação preliminar;
- II - multa;
- III - apreensão de produtos;
- IV - inutilização de produtos;
- V - proibição ou interdição de atividades, observada a legislação federal a respeito;
- VI - cancelamento do alvará de licença do estabelecimento.

Art. 93º- A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observados os limites estabelecidos neste Código.

Art. 94º- As multas terão o valor de 10% (dez por cento a 2 (duas) vezes a Unidade Fiscal vingente no Município.

§ Único - As obrigações fiscais ou multas impostas em decorrência deste Código, não liquidadas na data do vencimento, sujeitarão o contribuinte ou infrator ao pagamento de juros moratórios e correção monetária.

Art. 95º- A multa será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ Único - A multa não paga até o término do ano fiscal, será inscrita em dívida ativa.

Art. 96º- As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

§ Único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I - a maior ou menor gravidade da infração;
- II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 97º- Nas reincidências as multas serão sempre cominadas em dobro.

§ Único - Reincidente é o que violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 98º- As penalidades a que se refere este Código, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do Art. 159 do Código Civil.

§ Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 99º- Nos casos de apreensão, o material apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura, e quando a isto não se

prestar ou quando a apreensão de realizar fora da cidade, poderá o depósito ser feito em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

§ 1º - A devolução do material apreendido só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

§ 2º - No caso de não ser retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido, será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o parágrafo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

§ 3º - No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de 24 (vinte e quatro) horas, e, expirado esse prazo, se as mercadorias ainda se encontrarem próprias para o consumo humano, poderão ser doadas a instituições de assistência social e, no caso de deterioração, deverão ser inutilizadas.

Art.100º- Não serão diretamente passíveis das penas definidas neste Código:

- I - Os incapazes na forma da Lei;
- II - os que forem coagidos a cometer a infração.

Art.101º- Sempre que a infração for praticada pelos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- I - sobre os pais ou tutores sob cuja guarda estiver o menor;
- II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;
- III - sobre aquele que der causa a contravenção forçada.

Da Notificação Preliminar

Art.102º- Verificando-se infração a Lei ou Regulamento Municipal, e sempre que se constate não implicar em prejuízo iminente para a comunidade, será expedida, contra o infrator, notificação preliminar, estabelecendo-se um prazo para que este regularize a situação.

§ 1º - O prazo para a regularização da situação não deve exceder o máximo de 30 (trinta) dias e será arbitrado pelo agente fiscal, no ato da notificação.

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido, sem que o notificado tenha regularizado a situação apontada, lavrar-se-á o respectivo auto de infração.

Art.103º- A notificação será feita em formulário destacável do talonário aprovado pela Prefeitura, ficando no talonário cópia a carbono com o "ciente" do notificado.

§ Único - No caso de o infrator ser analfabeto, fisicamente impossibilitado ou incapaz na forma da Lei ou, ainda, se se recusar a apor o "ciente", o agente fiscal indicará o fato no documento de fiscalização, ficando assim justificada a falta de assinatura do infrator.

Seção - 4ª

Dos Autos de Infração

Art.104+- Auto de infração é instrumento por meio do qual a autoridade municipal caracteriza a violação das disposições deste Código e de outras Leis, Decretos e Regulamentos do Município.

§ 1º - Dará motivo à lavratura do auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou outra autoridade municipal, por qualquer servidor municipal ou qualquer que presenciar, devendo a comunicação

ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

§ 2º - É autoridade para confirmar ou autos de infração e arbitrar multas, o Prefeito ou funcionário a quem o Prefeito delegar essa atribuição.

§ 3º - Nos casos em que se constate perigo iminente para a comunidade, será lavrado auto de infração, independentemente de notificação preliminar.

Art.105º- Os autos de infração obedecerão a modelos elaborados de acordo com a Lei e aprovados pelo Prefeito Municipal.

§ Único - Observa-se-ão, na lavratura do auto de infração, os mesmos procedimentos do Art. 103, previstos para a notificação.

Seção - 5ª Da Representação

Art.106º- Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o servidor municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária à disposição deste Código ou outras Leis e Regulamentos de Posturas.

§ 1º - A representação far-se-á por meio de documento por escrito, devendo ser assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor, e será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios e as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

§ 2º - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade, e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.

Seção -6ª Do processo de Execução

Art.107º- O infrator terá o prazo de 7 (sete) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Prefeito.

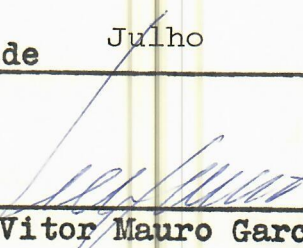
§ Único - Não caberá defesa contra notificação preliminar.

Art.108º- Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.109º- Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campestre, 18 de Julho de 1985


Vitor Mauro Garcia
Prefeito Municipal

Francisco Ferreira Guerrero
Secretário